


ESVAZIAMENTO E FRAGMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: O CASO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-365>

Data de submissão: 21/11/2024

Data de publicação: 21/12/2024

Rafael do Valle Paiva

Doutorado de Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária – Programa de pós-graduação binacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (UFRRJ-BR e UNRC-ARG).

E-mail: rafael.paiva11@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7890820270824809>

Cezar Augusto Miranda Guedes

Professor no Programa de Pós-graduação Binacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC; Província de Córdoba, Argentina).

E-mail: cezar.eco@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5150452586301405>

RESUMO

A Extensão Rural brasileira foi marcada desde sua gênese, por um intenso processo de disputa político-ideológica. Ao longo das décadas, desde a primeira tentativa em 1948 no estado de São Paulo, sua efetiva operacionalização com a concepção da ACAR/MG (Associação de Crédito e Assistência Rural) em 1949 e seu espraiamento pelos demais estados da federação ao longo dos anos cinquenta do século passado, esteve dividida entre a função social do extensionismo e o difusionismo de pacotes tecnológicos. A Revolução verde intensificou essa dicotomia, apontando um futuro nada promissor para o compromisso social pelo qual foi norteadada a Extensão Rural originária. Com o processo neoliberal, o Estado brasileiro promoveu o esvaziamento do serviço de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), descentralizando, desativando, sucateando e precarizando a ATER governamental pública, chegando à terceirização dos serviços. O Projeto Lumiar foi a primeira experiência nesse sentido, inaugurado em 1997 no Estado do Rio de Janeiro, não teve futuro e foi desativado no ano 2000. Com o governo popular assumindo o poder central do país, os movimentos sociais do campo ascenderam com mais força e após seis anos de inatividade, a Extensão Rural para assentamentos de reforma agrária assume outra roupagem. A Assessoria Técnica, Econômica e Social (ATES) é apresentada como uma nova fórmula de atendimento às famílias assentadas. Contudo, a escassez de recursos em meio às crises políticas e institucionais culminaram com a precarização dos serviços e com o enfraquecimento do programa, sendo finalizado no ano de 2014. O Brasil não foi o único a sofrer com os processos de esvaziamento do Estado, em toda a América Latina a onda liberalizante sucateou e desmontou em graus variados a estrutura estatal. Em toda América Latina, os serviços de Extensão Rural também sofreram com as reformas implementadas pelos governos liberais. O presente estudo objetiva caracterizar a Extensão Rural a partir da análise do sucateamento e terceirização dos serviços da ATER pública, tendo como ponto de análise o estado do Rio de Janeiro, descrevendo o esvaziamento dos serviços de ATER do Brasil, a partir do ponto de vista das famílias assentadas. Para tanto, lançamos mão de entrevistas com questionários semiestruturados, além de análise documental de relatórios e da legislação pertinente, como métodos analíticos. Desta forma, foram obtidos dados que representam o quadro atual em que se encontra a Extensão Rural no Brasil, estado do Rio de Janeiro. O artigo está baseado parcialmente na pesquisa realizada para a tese intitulada Origens e

Percursos da Extensão Rural na Argentina e no Brasil: do Desenvolvimentismo à Fragmentação, defendida na UFRRJ em 2023.

Palavras-chave: Extensão Rural, Agricultura Familiar, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o modelo de desenvolvimento rural brasileiro tem sofrido com inúmeras configurações e reconfigurações. A cada troca no governo federal e dependendo da força política que assume a cadeira de presidente do Brasil, a política pública de desenvolvimento rural assume nova roupagem. Na maioria das vezes, se veste de roupas velhas e empoeiradas, cheias de marcas do antigo sistema oligárquico. Foi o que aconteceu nos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro. Isso representou o retrocesso nas políticas públicas para a agricultura familiar, redução nos valores do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sucateamento das agências de pesquisa e extensão rural nos estados e, em contrapartida, aumentando os incentivos para o setor do grande agronegócio exportador.

Ainda em 2014, sentindo as pressões do setor conservador, o Governo Dilma não renovou os contratos do programa de extensão rural ATES (Assessoria Técnica, Econômica, Social e Ambiental) ofertado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) aos assentamentos de reforma agrária federais. Logo em seguida, a então Presidenta, sofreu um golpe, protagonizado pelo seu próprio vice-presidente, Michel Temer. Ela foi então, “impeachmada” e deixou o palácio do planalto. Deu-se assim, o início de um dos períodos mais sombrios da história recente do Brasil, em pleno regime democrático, as raízes do autocratismo foram crescendo no subsolo de Brasília.

Com uma série de processos impetrados contra os gestores dos governos populares anteriores e com o surgimento de provas sem materialidade e argumentos baseados em pura “convicção”, de um dos personagens desse processo, gradativamente as vitórias conseguidas pelos movimentos sociais do campo, durante os governos anteriores, foram sendo desmontadas.

Com o Presidente Lula, impossibilitado de concorrer nas eleições de 2018, surge no Brasil um fenômeno retrógrado, se autoproclamando defensor das famílias brasileiras, que por mais anacrônico que fosse, obteve grande apoio popular. Os saudosistas do regime militar finalmente conseguiram arrebanhar milhões de pessoas que não entenderam e não entendem, até hoje, que esse processo colocou o país na contramão da história, que nos distanciou da comunidade internacional. Fazendo do pavilhão nacional a sua bandeira particular, sem escrúpulos disseminou a sensação da impunidade.

Foi em meio a essa turbulência, que iniciamos os trabalhos de pesquisa. Toda análise aqui fundamentada, está alocada dentro deste período nebuloso que a história do Brasil passou. Percebe-se então, que apesar de não ser o foco do nosso estudo, tudo o que foi pesquisado está contextualizado historicamente, e como poderá ser compreendido ao longo da leitura, toda essa destruição do capital cultural e social do país, teve reflexo nas políticas públicas para o setor da agricultura familiar. Não podendo extinguir totalmente os programas, o governo de exceção que se instalou no planalto,

enfraqueceu as verbas, desmembrou as agências, destituiu cargos e colocou o desenvolvimento rural para a agricultura familiar de bases camponesas em último plano. Na verdade, em plano algum.

Por isso, essas palavras iniciais são importantes, para esclarecer que o presente texto está alocado historicamente em um período nefasto e hediondo, pelo qual o Brasil passou, em sua história mais recente.

No que tange à própria política de desenvolvimento rural, o Brasil, historicamente, desde o início, separou em duas modalidades e em duas agências nacionais, uma para a extensão rural a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) e outra para a pesquisa agropecuária, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Essa, portanto, é uma contradição, crucial para se entender as políticas para o meio rural do Brasil e, essa questão, também será abordada ao longo do presente trabalho.

Seguindo por esse caminho e tendo como ponto de partida as questões que envolvem o desenvolvimento rural do Brasil e em especial a construção/desconstrução das políticas de Extensão Rural voltadas para um público em específico, o camponês e suas dimensões de campesinato¹. Tivemos como objetivo principal, delinear as faces do desenvolvimento rural no Brasil e em especial, no estado do Rio de Janeiro. Permeando suas trajetórias e interjeições, fruto dos processos neoliberalizantes pelos quais perpassaram toda a América Latina desde os 90 do século passado.

Foi observado o caso do Assentamento Roseli Nunes, localizado em Piraí – RJ. Lançando mão das entrevistas de campo das famílias camponesas da reforma agrária. Abordaremos o início da extensão rural no Brasil, como se deu, quais foram as inflexões sofridas e, de que forma esse processo foi definitivamente institucionalizado por leis e decretos ao longo do século XX.

Apresentaremos também, em seguida, as caracterizações da área estudada bem como os resultados do conjunto de análises dos dados coletados. Entrelaçando as informações amparadas por atributos metodológicos que favoreceram o entendimento das diferentes camadas do objeto estudado.

Por fim, chegamos às nossas considerações finais, onde apresentamos os apontamentos finais sobre o que foi estudado, possibilitando assim, a finalização do presente artigo, delineando as semelhanças e as diferenças entre as políticas públicas de extensão rural no Brasil. Concluindo que, são fruto do mesmo processo que hora constrange, hora impulsiona a evolução do espaço agrário do país, constituindo assim, duas faces do mesmo problema, em equilíbrio e desequilíbrio. Portanto, um movimento pendular característico da América Latina que, no mote do desmonte das políticas públicas

¹ Para um melhor apontamento sobre camponês e campesinato, indicamos a leitura das seguintes obras: Sociedades Camponesas de Henri Mendras (MENDRAS, 1978), A Questão Agrária de Karl Kautsky (KAUTSKY, 1980), Chayanov e o Campesinato (CARVALHO, 2014) e a obra Agricultura Familiar de Roberto José Moreira (MOREIRA, 1990)

de caráter social, desorganiza, esvazia e desmonta as políticas para o desenvolvimento e emancipação das famílias camponesas. Fazendo da extensão rural, um processo enfraquecido e fragmentado, empobrecido em recursos e desvalorizado pelos governos nacionais e locais.

1.1 A ACAR E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

A primeira experiência que se tentou implementar no país, foi no estado de São Paulo no ano de 1948, quando foram realizadas entendimentos e firmados convênios entre Brasil e Estados Unidos, culminando com a implementação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro e posteriormente em 1949, agora no estado de Minas Gerais, com a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG). Importante salientar que ambos os processos foram incentivados e patrocinados pela Fundação Rockefeller e diretamente pelo mensageiro especial da missão norte-americana, o sr. Nelson Rockefeller. (FONSECA, 1985), (RIBEIRO, 2000), (BARBOSA, 2009).

Inicialmente a proposta de Extensão Rural estava fortemente influenciada pelo modelo Estadunidense. Contudo, quando aplicado nos sertões do interior do Brasil, esse modelo foi aos poucos assumindo *ares tropicais*, sendo então, aquebrantado e assumindo as cores do povo sertanejo brasileiro. O caráter messiânico inicial, favoreceu à difusão, pelo interior do estado de Minas Gerais, das equipes de Técnicos Extensionistas, compostas por um técnico agrícola e uma economista doméstica, possibilitando uma relação mais próxima com as famílias de agricultores e agricultoras. (RIBEIRO, 2000).

Nesse primeiro momento a Extensão Rural foi norteadada pelo Crédito Supervisionado, modelo esse que era fruto das discussões entre a equipe técnica e os próprios agricultores e agricultoras, e tinha como propósito melhorar as condições de vida da população rural, difundindo o uso de vasos sanitários, filtros d'água, produção de compotas com restos de fruta, técnicas produtivas como, a utilização de sementes híbridas e espaçamento correto no plantio. (RIBEIRO, 2000).

Contudo, nos anos de 1960, essa história sofre uma profunda inflexão. O Estado brasileiro percebe o potencial do extensionismo em alcançar rincões nunca antes alcançados e vê na extensão rural, a oportunidade de difundir a sua política de governo, fortemente influenciada pelas mudanças ocorridas no pós-segunda guerra mundial e diretamente voltadas à difusão dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. (FONSECA, 1985), (RIBEIRO, 2000), (BARBOSA, 2009).

Nesse período, o crédito que antes era supervisionado, passou a assumir uma nova modalidade, agora o crédito rural passaria a ser orientado, ou seja, como o próprio nome sugere, o crédito passou a

ser orientado por objetivos externos à vontade da família rural. A preocupação social², foi gradativamente cedendo lugar à definição de objetivos e resultados quantitativos. Com isso, cada região passou a ser objeto de metas de produção por produto, como afirma Ribeiro (2000), em seu livro *A Saga da Extensão Rural em Minas Gerais*. Este mesmo autor argumenta que se o foco anterior era a qualidade de vida da família agrícola, o foco nos anos 60 passou a ser o produto agropecuário.

Ainda nesse marco, analisando historicamente o quadro evolutivo do extesionismo brasileiro, pode-se observar que a experiência de Minas Gerais, serviu como modelo para os demais estados da federação e após a criação da ACAR-MG em 1949, seguiu-se a ANCAR (PE, BA e CE) em 1954; a ASCAR (RS) em 1956; a ACARES (SC) em 1956; a ACARPA (PR) em 1956; a ACARES (ES) em 1957; a ACAR (RJ, GO, MA, PA, AM e DF) em 1958, 1959, 1963, 1965, 1966 e 1967, respectivamente; a ANCAR (SE, AL e PI) em 1962, 1963 e 1966 respectivamente; a ACRAMAT (MT) em 1965. Além disso, a ACAR-MG, deu origem à um organismo nacional de extensão rural, quando em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). (FONSECA, 1985), (RIBEIRO, 2000), (BARBOSA, 2009).

Já a década de 1970 foi marcada pela transferência de fundos públicos através de crédito rural subsidiado a juros negativos, com o intuito de financiar o modelo agroexportador, fundamentado no tripé Grande Propriedade, Monocultura e Mecanização. Ou seja, o dinheiro público foi utilizado para sustentar o modelo agroexportador fundamentado nos princípios da revolução verde³, que preconizava utilização intensiva de máquinas agrícolas, insumos industriais e que resultou no fortalecimento das contradições sociais no meio rural brasileiro, aumentando a concentração fundiária e os conflitos pela posse da terra.

A extensão Rural sofre então uma segunda inflexão, agora de cunho filosófico e identitário, o extensionista se transforma em agente direto de difusão da política estatal, implementando os pacotes tecnológicos da revolução verde. Em meados da década de 1970, o presidente Ernesto Geisel estatizou o sistema, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) oficializando a mão direta do Estado sobre o trabalho dos Extensionistas. Este sistema era coordenado nacionalmente pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e executado nos estados pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

²Ao que pese essa afirmação e, guardada as devidas considerações e debates sobre o tema, sabe-se que a ação da Fundação Rockefeller nos países do “terceiro mundo”, foi diretamente influenciada pelo movimento Keynesiano de ocupação dos espaços dos países pobres, para evitar a expansão das revoltas e revoluções de cunho socialista. Pensa-se, que ocupando os espaços rurais desses países, evitar-se-ia a expansão dos ideais socialista no meio rural. Política essa, característica do mundo bipolar do pós segunda grande guerra. (nota do autor)

³ Termo como ficou conhecida a implementação de novas técnicas agrícolas de modernização e mecanização do campo, após a segunda guerra mundial. Também chamada de Modernização Conservadora. (nota do autor)

(BARBOSA, 2009). Em 1973, em 26 de abril, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que assumiria o papel de desenvolvimento de tecnologias para o meio rural brasileiro. Mas, nesse momento histórico, estamos falando da adaptação e implementação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

Nos anos de 1990, com a eleição de Fernando Collor de Melo, a EMBRATER foi extinta e com ela, o SIBRATER, restando apenas as EMATERs (herdeiras da estrutura anterior das ACARs) em cada estado da federação e sob responsabilidade dos governos locais. Essa ação fazia parte do conjunto de reformas liberalizantes implementadas pelo governo Collor, inseridas na lógica do Consenso de Washington⁴ e da, política de Estado Mínimo, dentro dos programas de ajuste estrutural da economia (BARBOSA, 2009). Desta forma, a extensão rural sofreu mais um duro golpe, perdendo o seu grau de articulação nacional e ficando sob a responsabilidade dos governos locais, amarrados às oligarquias rurais de cada estado.

Após o fim da EMBRATER, a extensão rural pública ficou diretamente ligada aos interesses locais, sendo de pouca eficácia para a promoção social e a transformação da realidade das famílias agrícolas. O caráter emancipador da extensão, deu lugar ao conformismo e às jogadas políticas dos governos estaduais e municipais. Foi a partir dos incidentes de Corumbiara em 9 de agosto de 1995 e de Eldorado dos Carajás em 17 de abril 1996, onde 12 e 19, respectivamente, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, foram assassinados por jagunços e policiais militares, que o governo de Fernando Henrique Cardoso resolveu implementar políticas voltadas para a solução dos conflitos pela posse da terra no meio rural brasileiro. Além do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar de 1995 (PRONAF), seguiu-se a reorientação da extensão rural pública, agora dentro dos marcos dos planos neoliberais e após o desmonte da estrutura estatal, foi criado o programa LUMIAR, que atendia às reivindicações dos agricultores e agricultoras da Agricultura Familiar. Contudo, devido à escassez de recurso, bem como à fragilidade das cooperativas de técnico(a)s, o programa não durou muito e no ano 2000, foi desativado (DA ROS, 2012).

Em 2004 foi criado o programa ATES, Assessoria Técnica Econômica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, que surgia com o intuito de corrigir os erros do projeto LUMIAR e apresentar uma nova proposta de extensão rural, articulada entre as cooperativas de técnico(a)s , agricultores e agricultoras e suas representações nos movimentos sociais e sindicatos e que objetivava dar solução à problemas históricos no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a reforma agrária e agricultura familiar. Contudo, mais uma vez, o que foi idealizado, esbarrou nos problemas estruturais

⁴ Para melhor compreensão sobre impactos do Consenso de Washington, indicamos a consulta do artigo O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos, de Paulo Nogueira Batista (1994)

e financeiros e as sucessivas crises, levaram o modelo à falência e em 2014 os trabalhos das equipes de ATES, foram encerrados.

O estado do Rio de Janeiro, com toda a sua diversidade territorial e produtiva, albergava 80 Projetos de Assentamento, que quando receberam os serviços, apenas 33 foram atendidos pelo programa ATES, coordenado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), uma assessoria que se estendia da região sul do estado, passando pela baixada litorânea e seguindo para o norte/noroeste. Essa vasta extensão territorial era coberta por duas cooperativas de profissionais das ciências agrárias, com pouca ou nenhuma estrutura em equipamentos e veículos para locomoção, além da insegurança nos repasses financeiros por parte do governo federal, culminando com sua extinção no ano de 2014.

Naquele momento, o estado do Rio de Janeiro continha 5.898 famílias, distribuídas em 80 PAs (Projetos de Assentamento), correspondendo à uma área de 177.638,43há. Estas famílias ficaram sem assistência técnica e extensão rural fornecidas pelo Governo Federal através do INCRA. Ficando o seu acompanhamento, restrito às ações da EMATER-RJ (Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro) e das secretarias de agricultura municipais.

Tudo Isso, nos ajuda a entender mais elementos do desmonte da estrutura da extensão rural estatal. A fragilidade das secretarias municipais de agricultura, somados ao enfraquecimento e sucateamento dos escritórios locais da EMATER, além dessas estruturas estarem, muitas vezes, ligadas diretamente ao poder oligárquico local e regional, demonstra o esvaziamento das políticas públicas de assistência às famílias assentadas no estado do Rio de Janeiro.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1.2.1 O Sec. XX: ocupação do espaço, a metropolização e esvaziamento do meio rural

O espaço agrário fluminense, sempre foi alvo de constantes modificações e reestruturações, acompanhando o ritmo de desenvolvimento econômico tanto nos tempos de Brasil colonial, quanto a partir da Independência e regimes imperial e republicano. Vale ressaltar a importância do hoje denominado estado do Rio de Janeiro, que entre 1960 e 1975 foi dividido em estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro. O primeiro havia sido a capital federal enquanto o segundo, era um dos estados da federação. Alentejano (2005) nos descreve esse processo:

“Vale lembrar que até 1960 a cidade do Rio de Janeiro tinha status de Distrito Federal, por abrigara capital do país, enquanto o estado do Rio de Janeiro, tinha Niterói como capital. Entre 1960 e 1975, passaram a coexistir dois Estados, o da Guanabara, no antigo território do Distrito Federal, um estado de um só município e uma só cidade, e o do Rio de Janeiro, mantendo suas antigas características. A partir de 1975, os dois estados foram fundidos num Único estado,

denominado Rio de Janeiro, passando a capital deste a ser a cidade do Rio de Janeiro.”
(ALENTEJANO, 2005)

Desde a chegada da frota de Cabral no litoral baiano, onde hoje se localiza a cidade de Cabralia (não precisamos aqui explicar o porquê deste nome), até a virada do milênio, o território fluminense, foi marcado por inúmeras transformações históricas, culturais e produtivas. A chegada da corte portuguesa em 1808, transformou a dinâmica da capital da colônia, transformando-a em capital do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, criado em 1815. Viramos assim o centro político do império português e, obviamente, sofremos as consequências de tal fato.

A corte portuguesa chega ao Rio de Janeiro em meio ao ciclo do algodão, tendo esse espaço geográfico, pouca importância produtiva no setor, contudo era para o Rio de Janeiro que o superávit da balança comercial, era destinado. Suprindo assim a necessidade da corte, recém-instalada. Nesse período os estados de maior impacto na produção eram Pernambuco, Bahia, São Paulo e Ceará. Essa etapa da produção brasileira foi conhecida também como o Renascimento Agrícola, pois aumentou significativamente as exportações para Europa de produtos tropicais brasileiros. Esse ciclo é datado historicamente durante o sec. XVIII e começo do sec. XIX.

Após a era do algodão (também chamado de ouro branco), dá-se início ao ciclo do Café, conhecido também, como ouro negro. Nesse caso foi preciso encontrar solo compatível com a produção de café, já que se tratava de uma planta exótica. E, devido as suas características edafoclimáticas, topografia e tipo de solo (terra roxa), o ápice da produção se deu ao longo do Vale do Paraíba, que se estende desde o oeste paulista até a região serrana do sul do estado do Rio de Janeiro. Esse ciclo se estendeu durante todo o sec. XIX até o início dos se. XX. E marcou profundamente a economia da região, proporcionando a expansão das ferrovias paulistas e o acúmulo de capital necessário para o desenvolvimento das primeiras indústrias no Brasil. O declínio do ciclo do café afundou a economia agrícola do Vale do Paraíba, deixando como herança um solo degradado, exaurido de nutrientes, abrindo espaço para o surgimento da pecuária na região, o que aprofundou ainda mais a crise econômica e ambiental⁵. Ainda sobre a distribuição geografia no estado do Rio de Janeiro, Alentejano (2005) aponta quatro divisões para o espaço agrário fluminense:

“(1) a região do Vale do Paraíba, dominada pela oligarquia cafeeira e marcada pela ampla destruição da Mata Atlântica produzida pelo avanço extensivo e degradador da cultura do café, num ambiente onde as condições edafoclimáticas originais eram extremamente favoráveis;

⁵As consequências desse declínio, foram muito bem evidenciadas no documentário intitulado O Vale, de João Moreira Salles e Marcos Sá Corrêa, como parte da série “6 Histórias Brasileiras” e exibido originalmente em agosto de 2000, no canal a cabo GNT.

- (2) a região das baixadas situadas a leste da região da Baixada da Guanabara, estendendo-se até os limites com o Espírito Santo, ao norte, dominada pela oligarquia canavieira e marcada pela existência de inúmeros engenhos de açúcar em meio aos amplos canaviais que se estendiam pelas baixadas aluviais e tabuleiros litorâneos;
- (3) a região da Baixada da Guanabara, dominada pelo capital comercial que organizava a agroexportação e a redistribuição interna dos bens e da riqueza, a partir do controle sobre a vasta área navegável da baía e rios que nela desembocavam;
- (4) uma vasta região cujo elemento de unidade é a topografia acidentada, estendendo-se do litoral sul até o noroeste do estado, passando pela área da Serra dos Órgãos, a qual, por não ser reivindicada por nenhuma fração expressiva do capital, mantinha-se como área de fronteira e como tal, de reprodução do campesinato, dentre eles, antigos escravos recém libertados e imigrantes (principalmente alemães e suíços).”(ALENTEJANO, 2005)

A partir do declínio do ciclo do café, dá-se início à expansão industrial, majoritariamente em São Paulo, mas também, no estado do Rio de Janeiro. Essa expansão industrial no Rio de Janeiro foi caracterizada pelo processo de metropolização. Concentração de renda na capital e redirecionamento da produção do meio rural, para gerar matéria prima para a recente indústria e produtos alimentícios para suprir a demanda na capital.

Esse processo de redirecionamento da produção agrícola, aumentou a especulação imobiliária, tanto no que diz respeito a concentração fundiária, quanto a ocupação do espaço com potencial turístico. Sendo assim, temos um mecanismo dual, desigual e combinado, de concentração da população na capital industrializada, êxodo rural se dando tanto para compor a mão de obra das indústrias, quanto pela pressão latifundiária.

Contando ainda com o aumento do valor da terra, especulação imobiliária e reorganização do espaço, sendo este direcionado para vocações turísticas. Nesse sentido, segue abaixo uma importante contribuição ao tema dada por Alentejano (2005):

“Até o início do século XX, a organização do espaço fluminense era hegemonizada pelo capital agrário e pelo capital mercantil. Entretanto, as diferentes condições ambientais existentes no Rio de Janeiro - aliás a diversidade ambiental é um elemento fundamental na definição dos diferentes projetos de ordenamento do território no Rio de Janeiro, seja no passado, seja no presente - concorriam para a existência de diferentes formas de ordenamento territorial.” (ALENTEJANO, 2005)

Para o que nos interessa neste momento, o declínio do Vale do Paraíba, região esta, que foi mais afetada pela crise do café, promoveu o esvaziamento econômico e demográfico da região. O processo de degradação do solo, devido a técnicas agrícolas equivocadas, o plantio em linha de “morro abaixo”, que intensifica o processo de lixiviação e deslocamento superficial do solo, levando consigo nutrientes e provocando erosões que evoluíram para voçorocas, reduzindo drasticamente a fertilidade do solo, promovendo o declínio da produção e tornando a região, incapaz de concorrer com as outras. Sendo assim, esta decadência econômica e produtiva leva o Vale do Paraíba à bancarrota no início do sec. XX. Contribuindo com o que foi exposto até aqui, Alentejano (2005) aponta:

“Percebe-se, portanto, que as frações do capital agrário e comercial, organizavam o espaço a partir da combinação de seus interesses com as particularidades ambientais existentes no estado, onde estas desempenhavam importante papel na definição das formas de ordenamento do território” (ALENTEJANO, 2005)

Outros processos combinados também reordenaram o espaço agrário fluminense e, esse aspecto é abordado nos tópicos seguintes.

1.2.2 O sul fluminense e o Vale do Paraíba

O Vale do Rio Paraíba do Sul, regionalmente conhecido apenas como Vale do Paraíba, é uma região de grande importância no contexto agrário do estado. Compreendendo parte das áreas litorâneas e serranas. Possuindo também, características geográficas e climáticas que moldam suas atividades agrícolas e econômicas. Região de topografia acentuada, característica do Mares de Morro, o Vale do Paraíba, protagonizou um dos eventos mais importantes da economia do estado do Rio de Janeiro o apogeu do ciclo do café e a decadência econômica da região, em prol do processo de industrialização pelo qual passou o estado no início do sec. XX.

Assim como a região Norte do estado, a produção de cana de açúcar teve relativa importância na região sul. Contudo, devido aos aspectos edafoclimáticos e topográficos a região não alcançou o status econômico protagonizado pela baixada campista. Contudo, com as mudanças político/sociais e econômicas pelas quais passou o sec. XIX, o quadro econômico da região mudou, assumindo a relevância necessária para o enriquecimento da oligarquia rural do sul fluminense. Façamos um pouco mais sobre as características econômicas e produtivas da região.

O Vale do Paraíba é marcado por sua diversidade geográfica, que inclui áreas planas próximas ao litoral, terrenos ondulados e áreas mais elevadas nas serras. Essa variação de altitudes influenciou diretamente não só a forma de ocupação territorial, mas também, os tipos de culturas que poderiam ser cultivadas na região, mas que tivessem importância econômica relevante para os poderes oligárquicos locais. Podendo variar de culturas tropicais nas áreas mais baixas a culturas adaptadas a climas mais amenos nas áreas mais elevadas, o Vale do Paraíba se tornou importante para a implementação da cultura cafeeira na virada do século XIX para o XX. O Clima favorável promoveu o protagonismo necessário para a consolidação da produção de café. Portanto, historicamente a produção de café, começa no Vale do Paraíba Fluminense e vai subindo para São Paulo, mas com outros atores sociais e constituindo outras relações de caráter econômico e social, que não nos cabe a discussão nesse presente momento.

Geograficamente falando, o clima do Vale do Paraíba é influenciado por sua proximidade com o oceano e pela presença das serras. Nas áreas mais próximas ao litoral, o clima é mais quente e úmido,

caracterizado pelo clima tropical-úmido, favorecendo o cultivo de frutíferas, como banana, abacaxi, manga e até mesmo da cana-de-açúcar em períodos que atendem ao ciclo do café. À medida que se avança em direção às áreas serranas, as temperaturas diminuem, tornando o clima mais ameno e adequado para olericultura.

Nesse caminho o Vale do Paraíba protagonizou uma tradição histórica no cultivo de café. Nas áreas mais altas das serras, especialmente na região de Vassouras e Barra do Piraí, o clima ameno e as condições de altitude são propícios para o cultivo de café de alta qualidade, o que hoje chamamos de café gourmet, se comparando ao que produzimos na serra do estado do Espírito Santo. Contudo, nem sempre a produção foi voltada para esse tipo de consumo, sendo a economia cafeeira a mola propulsora da industrialização do estado do Rio de Janeiro, o que se observou na região foi uma produção voltada para a o abastecimento do mercado externo, sem preocupação com técnicas elaboradas de cultivo, o que propiciou o esvaziamento nutricional do solo, enfraquecimento e empobrecimento do mesmo, provocando extensas áreas de erosão e de falência econômica, como veremos a seguir.⁶

1.2.3 Desenvolvimento do Ciclo do Café no Vale do Paraíba

Historicamente falando, o cultivo de café foi introduzido no Brasil desde o século XVIII, inicialmente na região Norte do país. No entanto, a cultura do café ganhou destaque no Vale do Paraíba durante o século XIX. A região oferecia condições climáticas e de solo favoráveis para o cultivo desse produto, o que impulsionou seu rápido desenvolvimento, aliado as condições econômicas internacionais, como a falência da produção francesa na colônia do Haiti e os estertores econômicos e de mão de obra resilientes das atividades produtivas da capital do país. Sobre esse elemento segue importante contribuição de Furtado (2007):

“... pela metade do século ... (sec. XVIII) ... , entretanto, já se definira a predominância de um produto relativamente novo, cujas características de produção correspondiam exatamente às condições ecológicas do país. O café, se bem que tivesse sido introduzido no Brasil desde o começo do sec. XVIII e se cultivasse por toda parte para fins de consumo local, assume importância comercial no fim desse século.” (FURTADO, 2007)

⁶ Sobre o empobrecimento do solo, vale salientar que as técnicas agrícolas utilizadas favoreciam os processos erosivos e a desagregação de atributos edáficos. O modelo de plantio chamado “Morro Acima”, não respeitava as curvas de nível nas elevações montanhosas, fazendo o plantio em linhas retas de cima para baixo, o que devido ao alto índice pluviométrico da região, ao mesmo tempo que favorecia o crescimento e desenvolvimento da planta, provocava através dos processos de lixiviação, o carreamento da camada superficial, levando consigo, através das enxurradas, nutrientes e componentes aglutinadores do próprio solo. Atingindo assim o componente microbiológico, desagregando partículas e provocando a dissociação do mesmo. Teremos como resultado enormes facções de deslocamento superficial e profundo, que posteriormente formarão o que chamamos em agricultura de “voçoroca”. (SILVA *et alli*, 2012)&(SILVA *et alli*, 2021)

Furtado (2007) chega a dizer que o café bancou a unidade nacional financiando o exército brasileiro para resistir aos movimentos nativistas. O café do Vale do Paraíba foi o coração econômico na maior parte do século XIX. A bandeira do Império tinha um ramo de café cruzado com o de fumo.

Com o crescimento do valor internacional do produto e com o aumento da demanda da produção para exportação, principalmente para Europa e Estados Unidos, houve incremento econômico, o que estimulou os fazendeiros a expandirem suas plantações e investirem cada vez mais na cultura do café. A região do Vale do Paraíba tornou-se o principal polo de produção de café no Brasil, rivalizando com outras áreas produtoras. Contudo, a franca expansão da produção cafeeira no Vale do Paraíba, bem como da utilização de técnicas não preservacionistas de produção, promoveu a degradação acelerada do solo e a falência da produção local. Sobre esse ponto, abordaremos mais detalhadamente à frente.

Sobre os aspectos econômicos, passados os primeiros dez anos da independência, o café já contribuía com cerca de dezoito por cento do valor das exportações nacionais, atingindo o patamar de terceiro lugar depois das culturas do açúcar e do algodão maranhense (FURTADO, 2007). Nesse ponto Celso Furtado (2007) salienta que passadas mais duas décadas, o café já atingia o patamar de primeiro lugar na economia exportadora do país, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações.

“...Conforme já observamos, todo aumento que se constata no valor das exportações brasileiras, no decorrer da primeira metade do sec. XVIII, deve-se estritamente à contribuição do café.” (FURTADO, 2007)

Com a consolidação do café como principal produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou, como já foi esclarecido anteriormente, na região sul fluminense, localizada mais próxima da capital do país. Isso se deu, devido a relativa abundância de mão de obra, em consequência, como assevera Furtado (2007), da degradação da economia mineira. Outra questão levantada pelo referido autor é justamente a proximidade do porto, o que favorecia a solução do problema do transporte, lançando mão do veículo que existia na época, como ele mesmo afirma, a mula. Concluindo então, que dessa forma, a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base no aproveitamento dos recursos pré-existentes e subutilizados.

Além dos aspectos econômicos, abordados anteriormente, outro elemento marcante da produção cafeeira no Vale do Paraíba, foi exatamente a questão ambiental. A expansão da produção de café impactou frontalmente a paisagem do Vale do Paraíba. As grandes extensões de terras foram desmatadas para dar lugar às plantações de café. Montanhas e colinas foram modificadas para criar terraços que acomodassem as plantações em encostas íngremes, que para a tecnologia da época,

dificultava o respeito às curvas de nível. Sendo assim, o plantio se deu em linhas retas de cima para baixo, o que, associado à introdução das monoculturas de café, promoveu processos erosivos e a diminuição da biodiversidade. Boa parte da paisagem da rodovia Rio – SP é testemunha disso.

O crescimento acelerado da produção de café no Vale do Paraíba gerou uma demanda voraz por mão-de-obra. Devido à intensidade do trabalho nas plantações, muitos fazendeiros recorreram à escravidão para atender às suas necessidades de trabalho. Isso levou a um aumento significativo no tráfico de escravos para a região, contribuindo para a expansão do sistema escravista e deixando um legado doloroso na região, caracterizada pela concentração de terras e superexploração da mão de obra. Veremos mais a frente que esse modelo agroexportador, ligado diretamente aos preços do mercado externo, oscilará para mais e para menos, levando a economia da região à bancarrota.

Agora, avançado um pouco mais na evolução do ciclo do café, este trouxe um grande acúmulo de capital para a oligarquia rural do Vale do Paraíba. Em que pese as devidas diferenças entre as economias cafeeiras e da cana de açúcar, bem como o valor monetário menor do café, em relação a cana, a cultura cafeeira é perene, demandando baixos influxos de investimento para recompor o plantio, diferentemente da cultura da cana de açúcar, como vimos no Norte/noroeste fluminense. Com os incrementos dos preços internacionais e com baixos custos em mão de obra e plantio, a elite rural do café, tornou-se influente não apenas economicamente, mas também politicamente. Sua prosperidade foi refletida em mansões luxuosas com mobiliário importado da França, infraestrutura e investimentos em educação e cultura. Contudo, essa relativa pujança econômica não se sustentaria por um longo período.

O ciclo do café eventualmente entrou em declínio devido a uma série de fatores, incluindo a exaustão do solo, as crises internacionais de mercado e a abolição gradual da escravidão. Com o passar do tempo, a produção e exportação de café foram gradualmente superadas por outras atividades econômicas, marcando o fim desse período de crescimento acelerado. O ciclo do café deixou um impacto duradouro na região do Vale do Paraíba, com suas marcas visíveis na arquitetura, cultura e economia da área. Mesmo após o declínio do ciclo, a história desse período continua a moldar a identidade e o patrimônio da região até os dias atuais.

1.2.4 Atualidade econômico/produtiva do Vale do Paraíba

Para além das culturas vegetais, que caracterizam a região do Vale do Paraíba, a pecuária também é uma atividade que assume certa relevância na produção e economia local. As condições climáticas e topográficas favorecem a criação de gado bovino leiteiro de alta produtividade. A

produção de laticínios desempenha um papel significativo na economia rural da região, sendo marcada por médios e grandes produtores de leite. Isso contribui para o aquecimento da produção animal local.

Além das atividades agropecuárias, outro ramo da economia que se estabeleceu em decorrência do clima ameno, foi o turismo. O Vale do Paraíba tem vivenciado um crescimento no turismo rural e nas práticas de agroecologia. Muitas propriedades rurais abriram suas portas para visitantes interessados em conhecer a vida no campo, participar de atividades agrícolas e adquirir produtos frescos diretamente dos produtores. A agroecologia e a produção orgânica desempenhada pela agricultura familiar e assentados de reforma agrária, ganharam destaque, atendendo à demanda por alimentos mais saudáveis e sustentáveis nos circuitos curtos da cadeia produtiva da região.

Em suma, podemos dizer que o espaço agrário do Vale do Paraíba é caracterizado por sua diversidade de culturas, influenciada pelo relevo, clima e tradições locais. A região desempenha um papel importante na produção de alimentos, na economia rural e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, tendo a agricultura familiar desempenhado um papel central no desenvolvimento econômico da região. Muitas propriedades agrícolas são operadas por famílias que têm se dedicado a essa atividade ao longo de gerações. Essa tradição agrícola não apenas mantém a cultura rural viva, mas também contribui para a produção local de alimentos e para o fortalecimento da identidade da região.

1.2.5 Caracterização do Assentamento Roseli Nunes, Piraí-RJ

O assentamento Roseli Nunes, foi criado em 2006, a partir de um processo demorado de desapropriação da antiga fazenda CESBRA e está situado na região do Médio Vale do Paraíba, no município de Piraí, no estado do Rio de Janeiro. O assentamento foi criado a partir de pressões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária). O mesmo se deu em decorrência do não cumprimento da função social da terra por parte dos antigos donos da fazenda. (BALTAR & PEREIRA, 2012)(TAVARES *et al*, 2010).

Sobre a caracterização das famílias que foram assentadas no Roseli Nunes, Tavares *et al*, 2010 aponta as seguintes argumentações:

“... Ao todo foram assentadas 45 famílias, que, em sua maioria, era proveniente do meio urbano, tendo como origem os centros urbanos de Volta Redonda, Barra Mansa e Barra do Piraí, além da baixada fluminense, algumas famílias vieram da zona rural, tendo sua origem no mesmo município do assentamento ou em áreas circunvizinhas...”(TAVARES *et al*, 2010)

As famílias assentadas se dividem nos trabalhos com as lavouras e com a produção de animais para a produção de leite, carne e ovos. Os produtos são escoados de forma local, nas feiras do próprio município ou em vendas diretas aos consumidores da região. A topografia do assentamento é bastante acidentada, dificultando, em alguns lotes, determinadas variedades produtivas. Nas áreas de baixada, se produz hortaliças e olerícolas, enquanto nas áreas mais montanhosas e íngremes, as famílias aproveitam para a produção de aves e ovos, bem como na criação de pequenos ruminantes.

A rotina do assentamento se divide entre os períodos de plantio e colheita, bem como nas reuniões e oficinas promovidas pelo próprio MST e universidades parceiras. Boa parte dos assentados também trabalham de forma temporária ou permanente em trabalhos no centro urbano da cidade. Medida esta, necessária para a complementação da renda da unidade familiar. Além de ter acesso aos programas sociais oferecidos pelo próprio município e governo federal, como os auxílios e bolsas, característicos dos programas de transferência de renda direta, que também tem grande importância na conformação da renda da unidade familiar.

No assentamento não existe uma escola rural, as crianças e jovens são atendidos pelas escolas que ficam na periferia urbana da cidade. Mas, o assentamento é atendido por linhas de ônibus urbanos, bem como com os ônibus escolares.

2 METODOLOGIA

Para que possamos compreender a nuances que envolve o contexto da pesquisa, fizeram-se necessárias as seguintes perguntas geradoras: Como e quando a extensão rural foi efetivamente implementada pelos governos do Brasil? Em que ponto esse processo foi afetado pelas políticas externas de expansão do capitalismo no pós-segunda grande guerra? E, por fim, como essas mudanças impactaram nas políticas de extensão rural em ambos os países, tanto na esfera do poder público quanto na dimensão das famílias camponesas. Sendo assim, para responder essas perguntas geradoras construímos um aparato metodológico, baseado em atributos qualito-quantitativos. Explorando as interfaces intercambiáveis do objeto em questão.

No início da nossa investigação, consideramos relevante o pressuposto de que a intervenção do Estado nas políticas públicas para o meio rural está diretamente ligada ao desenvolvimento do capital internacional, sendo balizada pelos acordos comerciais externos e pela valorização e intensificação cada vez maior de commodities para abastecimento dos países centrais (União Europeia e Estados Unidos) e periféricos em franca expansão econômica (China). Desta forma, a importância da Extensão Rural estaria diretamente ligada à transferência de tecnologia para a intensificação e aumento produtivo em escala para o abastecimento do mercado externo. Com isso, mesmo com o PRONAF, a

agricultura familiar de bases camponesas fica à margem do processo de desenvolvimento rural, sendo afagada apenas por políticas locais e pontuais de seguridade social. Para uma análise processual dos acontecimentos, buscou-se a comparação dos mecanismos que modelaram a extensão e o desenvolvimento rural do Brasil.

Sendo assim, a abordagem qualito-quantitativa, nos possibilitou, um vislumbre dos meandros das políticas rurais de cada país estudado. Aproximando, então, os dados daquilo que se buscava entender. Ou seja, o desmonte neoliberal das políticas de desenvolvimento e extensão rural para a agricultura familiar de bases camponesas.

Ainda em tempo, sobre a análise qualitativa e o uso dos dados quantitativos na construção dos fatos abordados, vale salientar, como apontado por Vasilachis (1992) que “La práctica de la investigación sociológica nos muestra la presencia simultánea de una pluralidad de métodos cuya aplicación es posible con el fin de conocer un determinado objeto o fenómeno social.” (VASILACHIS, 1992).

Entendemos que, a metodologia proposta de natureza qualito-quantitativa, é necessária para compreender os processos e similaridades entre o desenvolvimento rural de ambos os países e localidades estudadas. Isso nos possibilita trafegar pelas diferentes dimensões do objeto, tangenciando o olhar dos técnicos de campo e das famílias camponesas. Enriquecendo assim, a triangulação dos dados coletados.

Além disso, a metodologia foi construída com base no estudo de caso do assentamento de reforma agrária Roseli Nunes, localizado no município de Piraí, estado do Rio de Janeiro. Objetivando identificar o grau de percepção dos assentados, referentes às políticas públicas de extensão rural desenvolvidas pelo governo federal brasileiro através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Esclarecemos que o acompanhamento das famílias assentadas se deu por meio da metodologia de observação participante, possibilitando sentir, viver e observar as questões do assentamento e de suas famílias assentadas. Entendemos que a observação participante, consiste num excelente recurso metodológico para pesquisa social, pelo fato de possibilitar inserção mais profunda nas práticas e representações vivenciadas pelas famílias camponesas assentadas. Por esse método o pesquisador acompanha de modo mais próximo, o evento de sua investigação, permitindo-lhe maior decodificação dos imaginários, vocabulário, símbolos e ritos válidos e coerentes, com maior correspondência ao modo como os próprios assentados vivenciam sua prática agrícola. (PROENÇA, 2007); (QUEIROS *et al*, 2007).

Para tanto, foram aplicadas entrevistas com um questionário semi-estruturado, composto de perguntas abertas que buscaram expressar a compreensão das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Roseli Nunes, sobre o alcance das políticas públicas de extensão rural, bem como os impactos sofridos, ao longo dos anos de desmonte do aparato estatal sob as políticas neoliberais.

Sendo assim, os aspectos metodológicos da pesquisa foram distribuídos em três etapas. Como etapa número um, estabeleceu-se a coleta de dados secundários, objetivando a busca pela atualização do estado da ciência sobre o tema em voga. Em um segundo momento, lançamos mão da Observação Participante dos eventos estudados e, por fim, aplicamos entrevistas pelo uso de um questionário semiestruturado. Com isso, buscou-se respeitar, ao longo do trabalho de pesquisa, a multidimensionalidade da questão agrária no Brasil, dialogando com as interfases do desenvolvimento rural, políticas públicas de extensão rural e reforma agrária. Nesse sentido, as observações e anotações de campo, se constituíram como um importante material de análise, o que facilitou a triangulação dos dados colhidos durante todo o período pesquisado.

Para a coleta de informações, os métodos utilizados foram observação participante e a aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas separadas pelas esferas: social, ambiental, econômica e institucional. As entrevistas foram aplicadas a nove famílias representantes da comunidade. No caráter de informantes privilegiados, suas percepções serviram como instrumento de fundamental importância para o recorte da realidade do assentamento. A análise de dados baseou-se nas reflexões do pesquisador, ora em voga, triangulando com as anotações de campo e as observações colhidas durante o trabalho de pesquisa.

Como foi apontado anteriormente, o assentamento Roseli Nunes, tem uma produção diversificada de olerícolas e pequena produção de animais, sendo seus produtos como ovos e queijos, além das hortaliças, vendidos nas feiras da região. O fato das famílias assentadas terem recebido assistência técnica pelo programa ATES/INCRA, que foi encerrado no ano de 2014 e de que, os próprios técnicos do MST terem dado continuidade nas assessorias após esse período, foi um dos principais motivos para a escolha desse assentamento, como foco de análise do resultado do programa ATES.

Para o início dos trabalhos, foi pedida a devida autorização aos dirigentes do assentamento, que é organizado pelo próprio MST. As visitas às famílias se deram sob o acompanhamento dos dirigentes, bem como, as famílias entrevistadas, também foram indicadas pela direção do MST. Além das entrevistas, foram feitas visitas de reconhecimento no assentamento, como parte das atividades do Observatório de Sociologia e Extensão Rural, fundado e dirigido pelo presente autor, estando vinculado institucionalmente ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 ACHADOS DE PESQUISA

3.1.1 A visão dos das famílias assentadas no Roseli Nunes – Pirai - RJ:

No assentamento Roseli Nunes, lançamos uso da observação participante para obtermos a percepção dos próprios assentados sobre os anos de atividade da ATES, bem como sobre o que mudou com a finalização do contrato. Além disso, aplicamos um questionário semiestruturado abordando as dimensões social, econômica e produtiva da família, para que pudéssemos entender qual era a inserção das famílias nos programas públicos de assistência médica e social, e qual era o desempenho econômico de suas atividades agropecuárias. Foram ao todo nove famílias entrevistadas, que nos forneceram dados importantes para que pudéssemos caracterizar não só o assentamento, mas também as famílias e o grau de perenidade das ações que foram implementadas pelas ações do programa ATES.

As entrevistas foram acompanhadas da metodologia de caminhada transversal nos lotes das famílias que nos receberam, assim pudemos compartilhar relatos e situações vivenciadas pelos próprios assentados ao longo dos anos de instalação do assentamento.

Como foi apresentado anteriormente, o assentamento Roseli Nunes foi acompanhado desde a sua instalação pelo programa ATES/INCRA, passando pela elaboração do PDA (Projeto de Desenvolvimento do Assentamento) até o PRA (Programa de Recuperação do Assentamento). Sendo assim, de 2006 a 2014, o assentamento foi assessorado por técnicos de extensão rural que foram contratados pelas cooperativas de serviço de extensão rural pelo programa ATES/INCRA.

A caracterização produtiva mostrou-se de enorme valia, já que, mesmo na adversidade das descontinuidades de assessoria técnica no assentamento, as familiares mostraram alto grau de organização de suas receitas e de sua produção. Foi possível constatar *in loco* e pelos dados obtidos durante as entrevistas, que a produção é bem diversificada, proporcionando não só a autossustentabilidade, mas também a venda dos excedentes produtivos nas feiras locais da região.

Os assentados também se mostram bem relacionados com o poder público local, tendo recebido ao longo dos anos visitas de equipes de assistência social e de saúde, bem como tem fácil acesso ao centro do município, onde se encontram as escolas e os estabelecimentos hospitalares. Sobre educação, todas as crianças estavam matriculadas tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio e em uma das reuniões coletivas que participamos, nos foi informado que o ônibus escolar estava sendo direcionado para rota dentro do assentamento, bem como foi possível observar a passagem de ônibus urbanos pelas vias do assentamento. Isso demonstra que o assentamento é bem estruturado e bem relacionado com o poder público local, tendo acesso às políticas de seguridade social, de educação e de saúde.

Quanto a produção agropecuária, foi possível identificar a diversidade produtiva e a replicação por parte dos assentados das técnicas de produção agroecológicas que foram passadas durante o período de assessoria técnica executada pela equipe de ATES. Isso é muito valioso, demonstrando que as ações das equipes de campo, por mais que tenham sido descontinuadas, se perpetuaram com o passar dos anos, possibilitando autônoma produtiva para as famílias assentadas.

Quanto ao tratamento das pragas da lavoura, fazem uso de soluções alternativas baseadas em tecnologias agroecológicas, que respeitam o equilíbrio e a diversidade biológica da região. Fazem uso de medicamento industrializado sob orientação técnica, quando é necessário. E, em se falando das atividades da produção animal, só fazem uso de medicamentos industrializados de acordo com as instruções dos órgãos sanitários competentes e sob orientação dos veterinários da própria prefeitura do município de Pirai. O que denota alto grau de responsabilidade sanitária e ambiental. Pode se dizer que isso também é fruto das ações da equipe de extensionistas que atuam no programa ATES/INCRA.

Em uma das visitas às famílias assentadas, quando as mesmas foram perguntadas sobre a eficácia do programa ATES, as respostas foram muito parecidas, denotando satisfação com o referido programa e relatando a ausência que o mesmo faz no acompanhamento diário das famílias. Vale ressaltar que o assentamento Roseli Nunes também recebe acompanhamento das equipes da EMATER-RJ e algumas vezes dos técnicos da prefeitura municipal. No entanto, relatam que esses atendimentos não são suficientes e deixam a desejar no que diz respeito a continuidade da assessoria técnica. Sobre a EMATER-RJ, falaremos quando abordarmos os itens conclusivos deste trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, foram expostos diferentes argumentos acerca das contradições apresentadas nas políticas governamentais, ao longo de décadas de atuação no meio rural. Encontramos algumas similaridades e convergências, caracterizando que as políticas públicas para o meio rural no Brasil, foi influenciada por fatores internos e externos. Contudo, também foi possível observar que a resposta dada foi diferente. Além disso, de acordo com as cartilhas neoliberais no mundo periférico, o governo brasileiro resolveu esvaziar as políticas de extensão rural no início da década dos 90 do sec. Passado, acirrando ainda mais os conflitos de terra no país e culminado com a chacina de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, cujo memorial o presente pesquisador teve a oportunidade de visitar durante as execuções deste trabalho de pesquisa.

Foi possível identificar pelas entrevistas com assentados, que o programa ATES exerceu real importância na construção da emancipação das famílias, objetivo, desejado em todo assentamento de reforma agrária. Contudo, com a extinção do programa, as cooperativas não só sofreram com a falta

de repasse financeiros durante a execução dos serviços, como também passam a ter crescentes dificuldades em se manterem devido à ausência de políticas públicas para o meio rural.

Sendo assim podemos concluir que o Brasil, passou pelo processo de reestruturação produtiva, implementando políticas de “austeridade financeira” dos projetos neoliberais, chegando à virada do século ainda sofrendo com as marcas do passado e das respostas desiguais e combinadas do capitalismo periférico, devido às crises do mercado internacional. Apontamos então, que o Brasil, sofre com duas *faces de uma mesma moeda*, sendo o reflexo das políticas públicas desiguais que favorecem os grandes empreendimentos agroexportadores, em detrimento do apoio à pequena produção familiar camponesa. E que a extensão rural e o desenvolvimento rural foram tratados de forma desequilibrada, enfraquecendo o apoio à agricultura familiar no âmbito da extensão e potencializando o agronegócio.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. A evolução do espaço agrário fluminense. GEOgraphia-Ano 7-NO 13-2005

Baltar, M. D. & PEREIRA, T. C. G. Breves Comentários Sobre O Processo De Regularização Do Assentamento Roseli Nunes: Divagando Sobre Algumas Questões Jurídicas. In: anais do XXI Congresso Nacional do CONPEDI Tema: O Novo Constitucionalismo Latino-Americano: desafios da sustentabilidade 31 de outubro a 03 de novembro de 2012 UFF/Niterói – RJ

BARBOSA, ANTÔNIO GOMES. Encontros e Desencontros da Extensão Rural Brasileira na Construção Coletiva de Conhecimentos e Saberes. In: Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável; Suzi Huff Theodoro, Laura Goulart Duarte, João Nildo Viana (orgs.). – Rio de Janeiro : Garamond, 2009.

CARVALHO, HORÁCIO MARTINS DE. Chayanov e o Campesinato. -1. Ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2014. 304p.

DA ROS, AUGUSTO CESAR. Gênese, Desenvolvimento, Crise e Reformas nos Serviços Públicos de Extensão Rural durante a Década de 1990. In: Mundo Agrário, vol. 13, nº25, 2012.

FONSECA, MARIA TERSA LOUSA DA. A Extensão Rural no Brasil, Um Projeto Educativo para o Capital. Edições Loyola - São Paulo, 1985.

FURTADO, CELSO. Formação Econômica do Brasil. 34ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDRAS, HENRI. Sociedades Camponesas. (tradução de Maria José da Silveira Lindoso). Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores, Rio de Janeiro. 1978.

MOREIRA, ROBERTO JOSÉ; Agricultura Familiar: Processos sociais e competitividade. – Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: UFRRJ, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999. 204p.

PROENÇA, WANDER DE LARA. O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. Revista Aulas: Dossiê Religião; N4, 2007.

QUEIROZ DT, VALL J, SOUZA AMA, VIEIRA NFC. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. In: Revista Enfermagem, UERJ, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2):276-83

RIBEIRO, JOSÉ PAULO. A Saga da Extensão Rural em Minas Gerais. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater, 2000.

SILVA, C. F. et al. Soil attributes as indicators of the stabilization process of erosion in gullies at different formation stages in the southeast region of Brazil. Rev. Ambient. Água 16 (4); 2021. Acessado em 30/07/2023: <https://doi.org/10.4136/ambi-agua.2632>

SILVA, C. F. et al. Carbono orgânico total, biomassa microbiana e atividade enzimática do solo de áreas agrícolas, florestais e pastagem no médio Vale do Paraíba do Sul (RJ). Processos e Propriedades do Solo • Rev. Bras. Ciênc. Solo 36 (6), dez. 2012. Acessado em: 30/07/2023: <https://doi.org/10.1590/S0100-06832012000600002>

TAVARES, P. D.; MATHEUS. A. C.; SILVA. I. Mutirões de planejamento e organização de assentamentos: a experiência do Assentamento Roseli Nunes - Pirai, RJ. In: Cadernos de Agroecologia, Vol 5 N.1, 2010

VASILACHIS DE GIALDINO, I. In: Métodos cualitativos I: los problemas teóricoepistemológicos. Centro Editor de América Latina, Buenos Aires. 1992.